



Processo de elaboração de teoria: o trabalho com o espectro teoria-dados

Theory-Building: working the theory-data spectrum

Steven Engler*

Resumo

Este artigo ilustra algumas implicações postas pela visão de que dados, teoria e métodos devem ser tratados como um conjunto correspondente. Eles são entidades inseparáveis, partes essenciais dos processos de pesquisa e divulgação acadêmica. Quando nos concentramos em uma dessas dimensões, os outros permanecem sempre implícitos. Quando nos concentramos em todos eles, nosso trabalho apresenta-se mais completo, consistente e defensável. Esta contribuição para este número especial destaca a importância de se concentrar mais explicitamente nas interrelações entre os quatro níveis do trabalho acadêmico.

Palavras-chave: Ciência da Religião; metateoria; teoria; métodos.

Abstract

This article illustrates some implications of the view that data, theory and methods should be treated as a matched set. They are inseparable companions, equally essential parts of processes of scholarly research and dissemination. When we focus on one of these dimensions, the others are always implicit. When focus on all of them, our work is more complete, consistent and defensible. This contribution to this special issue highlights the value of focusing more explicitly on the inter-relations between all four levels of scholarly work.

Keywords: Religious Studies; meta-theory; theory; methods.

Artigo submetido em 10 de julho de 2019 e aprovado em 30 de agosto de 2019.

Artigo traduzido pelo Prof. Dr. José Martins dos Santos Neto e revisado pelo autor.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Concórdia, em Montreal. Professor de Estudos da Religião (*Religious Studies*) da Universidade Mount Royal. País de origem: Canadá. E-mail: sengler@mtroyal.ca

Introdução: disciplinaridade

O que faz do estudo da(s) religião/religiões uma disciplina? Por que esse estudo passou a ocupar um espaço institucional específico em universidades ao redor do mundo? (ALLES, 2008).¹

Uma resposta consiste em sugerir que o estudo da(s) religião/religiões é apenas isso: a disciplina (“estudo”) dedicada ao seu tema único (“religião”). Esta abordagem apresenta, no entanto, uma falha logo de início, uma vez que muitas outras disciplinas também estudam fenômenos religiosos, incluindo, mas não se limitando à antropologia, sociologia, filosofia e a psicologia.

Nas décadas de 1960 a 1980, principalmente, estudiosos da religião tentaram contornar essa contrarreivindicação concentrando-se no conceito de “religião”: eles propuseram dois critérios interrelacionados que servem para demarcar o estudo da(s) religião/religiões como uma disciplina separada: visões *sui generis* ou religiosas da religião; e um método distinto, amplamente “fenomenológico”, para estudar a religião vista dessa maneira (SEGAL, 2006, p. XIII – XVII; ver ENGLER; STAUSBERG, 2011, p. 129–130). Essa abordagem foi largamente abandonada devido a (I) críticas das visões religiosas da religião (por exemplo, WIEBE, 1984; MCCUTCHEON, 1997; FITZGERALD, 2000; NONGBRI, 2013) e (II) os fatos de que o método alegado não é unitário nem exclusivo do estudo de religião/religiões, além de ser problemático por várias razões (HANEGRRAFF, 1995; STAUSBERG; ENGLER, 2011; FUJIWARA; THURFJEL; ENGLER, no prelo). Os estudiosos da religião também não podem afirmar ter abordagens teóricas únicas: é muito mais provável nos apropriarmos de teorias de outras disciplinas do que gerarmos teorias específicas para nossa disciplina (STAUSBERG; ENGLER, 2016). Em suma, simplesmente não é verdade que o estudo de religião seja único no que concerne ao seu assunto, seu método(s), ou suas abordagens teóricas. Essas características epistêmicas não podem efetivamente definir, delimitar ou justificar a existência da nossa disciplina.

¹ Meus agradecimentos aos docentes e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PPGCR PUC Minas, pelo convite para apresentação no 6º Colóquio do Grupo de Pesquisa Religião e Cultura em 2018 e por incentivar discussões durante esse evento. Partes deste artigo são baseadas em Engler; Gardiner (no prelo). A metateoria também deve ser considerada parte dessa abordagem de pesquisa mais defensável. Eu a omito aqui por falta de espaço. Minha própria lealdade metateórica ao holismo semântico é exposta em Engler; Gardiner (2010; 2017); Gardiner; Engler (2010; 2018); Gardiner; Engler (no prelo).

Muito se tem escrito na tentativa de se refazerem essas questões epistêmicas, como se pode verificar, por exemplo, nos intermináveis debates em torno das questões “estudo da religião *versus* teologia”. Precisamos procurar em outro lugar as especificidades de nossa disciplina:

As disciplinas acadêmicas não são definidas apenas por propriedades epistêmicas. Elas também têm aspectos culturais e sociais (“tribais”) distintos, bem como aspectos institucionais e organizacionais. [...] Como *entidades culturais*, as disciplinas têm suas preferências, atitudes, instrumentalidades, práticas legítimas, ordens morais (incluindo visões de ética em pesquisa), modos de fazer perguntas, padrões e gêneros de escrita, estilos de pensamento e conhecimento tácito que, em certa medida, determinam linguagem profissional, termos de avaliação, noções de credibilidade e crédito acadêmico, padrões de excelência, substância intelectual, modas e clássicos, e formas reconhecidas de obter reputação e status e avaliar a adequação do desempenho acadêmico. Como *entidades sociais* (“tribais”), as disciplinas têm suas formas de cooperação e competição, heróis e figuras fundacionais, corretores, empresários e guardiões, suas regras e rituais de admissão, sua sabedoria tradicional, suas hierarquias e elites, suas performances de lealdade e rituais de rebelião, suas feiras, festivais e locais de reunião. Como *entidades institucionais*, a sustentabilidade das disciplinas depende de seu reconhecimento por instituições acadêmicas, como academias, universidades e agências de fomento à pesquisa, que permitem que as disciplinas sejam praticadas no dia a dia. São “instituições que demarcam áreas do território acadêmico, alocam privilégios e responsabilidades de expertise e estruturam reivindicações sobre recursos”. Como *entidades organizacionais*, as disciplinas são representadas por associações acadêmicas, geralmente em nível nacional e internacional. [...] Praticantes de disciplinas normalmente participam de encontros regulares (conferências) e publicam em periódicos ou com editoras que tenham uma reconhecida reputação disciplinar (que traz a discussão de volta aos aspectos culturais e tribais mencionados acima). Editores de revistas, editores de séries e comitês de conferências negociam o território intelectual das disciplinas salvaguardando seus padrões profissionais e excluindo imigrantes ilegítimos de invadir a tribo. Embora não existam critérios rígidos para estabelecer escores para reivindicações legítimas ou ilegítimas de status disciplinar com relação a esses aspectos, parece-nos que há razões para acreditar que os aspectos sociais do estudo acadêmico de religião/religiões são suficientemente desenvolvidos para que seu status disciplinar seja reconhecido. Além desses elementos epistemológicos e sociais (culturais, tribais, institucionais e organizacionais), há um terceiro aspecto em disciplinas que muitas vezes tendem a ser esquecidas: sua *dimensão pedagógica*. Uma disciplina é um assunto que é ensinado nas universidades e que é transmitido e inscrito pedagogicamente [...]. (ENGLER; STAUSBERG, 2011, p. 130-131; grifos nossos)².

² Essa seção do artigo conjunto foi redigida pela primeira vez por Stausberg.

A história do estudo da (s) religião/religiões em todo o mundo tem sido marcada pela lenta consolidação desses fatores culturais, sociais, institucionais, organizacionais e pedagógicos. Debates epistêmicos são secundários e em grande parte improdutivos. O ponto de partida para os propósitos atuais é que não há nada específico ou único sobre o estudo da(s) religião/religiões em termos de dados, de métodos, teorias ou metateorias. Essas dimensões da pesquisa se encontram interrelacionadas e isso se aplica a todas as disciplinas. Ao mesmo tempo, no entanto, explorar suas interrelações oferece uma valiosa janela para certos debates em nossa disciplina.

1 Dados

À luz das visões pós-positivistas da ciência, seria difícil encontrar um estudioso da religião hoje que não reconheça que os dados são carregados de teoria³. Isso significa que os dados e a teoria sempre andam de mãos dadas, admitamos ou não esse fato. Mas, o que isso significa mais especificamente?

Um ponto útil para começar é uma citação de J. Z. Smith, frequentemente mencionada, segundo a qual

[...] enquanto há uma quantidade assombrosa de dados, fenômenos, experiências e expressões humanas que podem ser caracterizadas em uma cultura ou outra, por um critério ou outro, como religião não há dados para religião. A religião é apenas a criação do estudioso da religião. É criada para fins analíticos do acadêmico a partir dos seus atos imaginativos de comparação e generalização. A religião não tem existência independente fora da academia. (SMITH, 1982, XI, ênfase original).⁴

Smith não se apresenta aqui como um realista nem como um relativista radical. Se lermos as passagens que precedem e seguem essa afirmação “não há dados”, quase sempre citada fora desse contexto vemos que Smith não está preocupado com a existência de alguma coisa unitária à qual a palavra “religião” se refere ou não. Sua abordagem é pragmática: ele sustenta que “o estudioso não está interessado na religião *per se*, ou seja, como ela é em si mesma, nem em saber o que ela denota ou que realidade ela representa. Em vez disso, está

³ O “Pós-positivismo” engloba vários desafios filosóficos ao positivismo lógico; por exemplo, as ideias de que as teorias não podem ser reduzidas a observações, que a observação não é neutra em teoria, que os dados são carregados de teoria, que as teorias não acumulam logicamente e que a ciência não pode ser isolada da agência humana ou da sociedade (ZAMMITO, 2004).

⁴ Ver Smith (1998, p. 281–282).

interessado em *entendê-la*, em *imaginá-la* de uma maneira frutífera ou que tenha algum tipo de recompensa pragmática” (GARDINER; ENGLER, no prelo).

Smith deve ser lido como quem reafirma a visão pós-positivista de que os dados sempre chegam até nós carregados de teoria⁵. A tentativa do início do século XX de limitar o significado a fatos verificáveis traçou uma distinção entre dados interpretados e ‘dados brutos’: “A verificação deve ser fundamentada, em última análise, na aquisição de dados brutos [...] dados cuja validade não pode ser questionada por oferecer outra interpretação ou leitura”; essa distinção deve ser rejeitada por causa da “ameaça perpétua do ceticismo e do solipsismo inseparáveis de uma concepção dos dados básicos do conhecimento como dados brutos, além da investigação” (TAYLOR, 1971, p. 8).

Seria um erro ler Smith como se ele quisesse dizer que o caso da religião é especial na medida em que não há dados brutos em relação a esse objeto de estudo. Isso reforçaria a especialidade da religião, um “movimento” que Michael Stausberg (2010, p. 356-357) chama de “retórica *sui-generis* reversa”. Lembrando-nos que não há dados *brutos*, Smith repete a conhecida lição do pós-positivismo. No entanto, falando de “dados para a religião”, ele corre o risco de sugerir que há algo de especial sobre os fenômenos religiosos nesse sentido. Usando “fatos” para descrever menos formalmente o que Taylor chama de “dados brutos”, Smith (1995, p. 413) deixa claro esse ponto em outro lugar: “são apenas teorias e conceitos que convertem fatos em dados, que os tornam significativos como exemplos de questões intelectuais maiores que compõem o *agendum*, embora debatido, de um campo”.

O contexto disciplinar dos pontos de Smith é crucial. Existem dois problemas separados aqui. Primeiramente, não há dados brutos, nem fatos, em qualquer disciplina acadêmica, seja o estudo de (s) religião/religiões, política ou história. Segundo, não há fatos *essencialmente religiosos*, cuja religiosidade seja independente de nossas operações acadêmicas. Naturalmente, o último é exatamente o mesmo ponto posto de maneira diferente. Mais uma vez, a

⁵ Este parágrafo inspira-se em Stausberg; Engler (2011, p. 10).

“religião” não é especial neste sentido: do mesmo modo, não há fatos essencialmente políticos ou históricos. O que Smith diz é que não há dados brutos para o trabalho acadêmico em qualquer disciplina: todos os dados são interpretados, não apenas interpretáveis; eles mudam de fatos não interpretados para dados interpretados assim que são tomados pelos procedimentos metodológicos da pesquisa acadêmica. Em outras palavras, *obviamente existem dados para a religião*, ou seja, fenômenos que foram classificados como “religiosos” através do trabalho conceitual/teórico de estudiosos da religião, entre outros. Assim, Smith diz o oposto do que ele parece dizer: *não há nada além de dados* para a religião, porque uma vez que deixemos de lado a ilusão de que dados brutos estão disponíveis, tudo é potencial para a fábrica do estudioso. Em suma, não há fatos puros e brutos independentes de nossa conceituação; tudo o que temos são dados que chegam já carregados de teoria.

Smith desenvolve este ponto sobre os dados de modo a ilustrar a estreita conexão entre dados, métodos e teoria⁶. Ele escreve:

O que estudamos quando estudamos religião é um modo de construir mundos de significado, mundos nos quais os homens se encontram e nos quais eles decidem morar. [...] O que estudamos é a variedade de tentativas de mapear, construir e habitar. [...] posições de poder através do uso de mitos, rituais e experiências de transformação. (SMITH, 1978, p. 290-291).

Em essência, ele argumenta contra as visões religiosas e *sui generis*, contra as visões de que todos os fenômenos religiosos são manifestações de um núcleo unitário, como o sagrado. Os objetos de estudo são muitas vezes supostamente reivindicações religiosas universais, mas, da perspectiva erudita adequada, “essa reivindicação de universalidade é relativizada pela situação” (SMITH, 1978, p. 300). Smith enfatiza não o conteúdo estático (por exemplo, uma lista central de fenômenos religiosos), mas a relação entre os elementos identificados pelo estudioso: “não há nada inerentemente ou essencialmente limpo ou impuro, sagrado ou profano. Existem categorias situacionais ou relacionais, fronteiras móveis que mudam de acordo com o mapa empregado” (SMITH, 1978, p. 291).

⁶ Para uma discussão mais detalhada desses pontos, ver Gardiner; Engler (2010).

Em termos teóricos, destaca-se a relação entre as reivindicações acadêmicas e seus objetos putativos. Para Smith (1988, p. 235; 1998, p. 281-282), a “religião” é, como “linguagem” em linguística, um conceito de segunda ordem: ordena construções teóricas e não objetivas (ou brutas). Esse é nó da questão na famosa citação discutida acima – “não há dados para a religião”. No momento em que algum fato, figura ou observação se torna “dados”, já é teorizado.

Em termos metodológicos, Smith (1982, p. 15) discute como os estudiosos da religião constroem seus mapas. Este é o motivo de suas extensas e repetidas discussões comparativas no que concerne ao estudo da (s) religião/religiões. Seu relato dessa “empresa de mapeamento” envolve várias etapas discretas, e seu cabo-de-guerra metodológico entre semelhança e diferença levanta questões importantes como as seguintes: Quais são os critérios de um bom mapa acadêmico dos fenômenos religiosos? Esses critérios são preservados à medida que nos movemos em diferentes níveis de relações entre mapas e territórios, por exemplo, do mapeamento de crenças religiosas, ao mapeamento de diferentes relatos acadêmicos dessas crenças, ao mapeamento de compromissos teóricos feitos por diferentes estudiosos?

2 O que é teoria?

A palavra “teoria” pode significar muitas coisas. O passo inicial para reduzir seu escopo é iniciarmos pela descrição acadêmica dos usos do termo. Gabriel Abend (2008) distingue sete sentidos do termo teoria tais como são usados na sociologia:

1. “uma proposição geral, ou um sistema logicamente conectado de proposições gerais, estabelecendo uma relação entre duas ou mais variáveis”;
2. “uma explicação de um fenômeno social particular”;
3. “o desenvolvimento de vocabulários e esquemas com os quais falamos do mundo social”; “Uma ‘interpretação’ original, ‘leitura’ ou ‘maneira de fazer sentido’ de certa parte do mundo empírico”;
4. “o estudo e os estudiosos dos escritos de [teóricos clássicos, ou seja,] autores como Marx, Weber, Durkheim, Simmel, Parsons, Habermas ou Bourdieu”;
5. “uma Weltanschauung, isto é, uma perspectiva geral a partir da qual se vê e interpreta o mundo [...] fornecendo uma estrutura *a priori* (esquema, grade, mapa, rede, plano), uma estrutura que é

independente da experiência, logicamente anterior a qualquer contato com o mundo social”;

6. “relatos que possuem um componente normativo fundamental. [...] Por exemplo, os projetos contemporâneos de ‘teoria crítica’, ‘teoria feminista’ e ‘teoria pós-colonial’ são explicitamente normativas, que geralmente rejeitam a dicotomia fato/valor e, conseqüentemente, a teoria sociológica supostamente de valor neutro”;

7. “o estudo de certos problemas especiais [...] [que] podem ser descritos como problemas ‘filosóficos’, na medida em que exigem reflexão sobre a natureza do conhecimento, da linguagem e da realidade, e algum tipo de análise conceitual”. (ABEND, 2008, p. 175; p. 177-181).

Quatro dos sete sentidos de “teoria” na lista de Abend acima são especialmente relevantes no estudo da(s) religião/religiões⁷. O sentido 1 (formalização de relações entre variáveis) está associado a uma ontologia realista e a um método científico, por exemplo, teste de hipóteses. O sentido 2, explicação dos fenômenos sociais, e o sentido 3 (interpretação do mundo social) estão associados a uma ontologia construcionista moderada e métodos interpretativos, por exemplo, investigação dos significados que certas pessoas atribuem a certos fenômenos. O sentido 6 (crítica normativa) está associado a uma ontologia construcionista radical (isto é, relativista) e crítica ideológica, por exemplo, revelação do papel de discursos específicos (incluindo os da própria ‘teoria’) na manutenção de sistemas de dominação e na defesa de mudanças discursivas como um meio de tentar mudar essas relações.

A variedade de sentidos da “teoria” revela a inutilidade dos debates superficiais “sobre o que é uma boa teoria, o que constitui uma contribuição teórica, até onde a teoria deveria ir, se [uma dada disciplina] ... tem feito progresso teórico, qual paradigma teórico deveria ser favorecido, quais são as funções da teoria, o que é necessário para que um artigo seja ateuórico, e assim por diante” (ABEND, 2008, p. 175-176). Não há esperança de se resolverem essas questões ou outras afins até que os participantes concordem sobre que sentido(s) de “teoria” eles compartilham; desse modo, muitos desses debates simplesmente desaparecerão após esse esclarecimento inicial.

⁷ Deixo de lado aqui a avaliação e a recapitulação das teorias clássicas (sentido 4). A distinção de Abend entre os sentidos 2 e 3 é basicamente aquela entre explicação e interpretação. Existem argumentos importantes no sentido de que essa distinção entre explicação e interpretação não é clara: “as duas são tarefas cognitivas diferentes que complementam e dão suporte umas às outras” (LAWSON; MCCAULEY, 1990, p. 30; ver Engler; Gardiner (2010, p. 279). Assim, do ponto de vista metodológico que estou trabalhando o sentido 2 pode se aproximar do sentido 1 ou 3, isto é, de modo mais científico ou mais hermenêutico.

Poderíamos discutir detalhes da lista de Abend, mas três pontos-chave são claros: os estudiosos usam diferentes sentidos para “teoria”; sentidos diferentes tenderão a ser priorizados de maneira diferente dentro de uma determinada disciplina; e diferentes sentidos se relacionam de maneiras diferentes com os dados e com os métodos usados para coletar e organizar esses dados.

A variedade de apelos à “teoria” no estudo da religião/religiões é mais difusa pelo fato de ser menos rigorosamente abordada. A “teoria” no estudo da(s) religião/religiões é uma categoria particularmente vaga. Como Donald Wiebe (1983) observou em uma revisão do “grande debate da teoria/antiteoria”, o conceito de teoria é particularmente amorfo no estudo da religião/religiões.

Até mesmo uma leitura superficial produz uma variedade desconcertante de significados para a “teoria”: “teoria” é usada como sinônimo, ou quase isso, de método, conjectura, abordagem, perspectiva, hipótese, modelo, paradigma, explicação, visão, modo de compreensão, esquema/estrutura conceitual, interpretação, etc. “Teoria” é frequentemente usada de uma forma tão vaga que significa pouco mais do que ‘uma solução para um problema ou uma generalização que “vai além dos fatos”. Por outro lado, é também usada em um sentido tão amplo quanto indistinguível da metafísica e da filosofia especulativa. (WIEBE, 1983, p. 295-296).

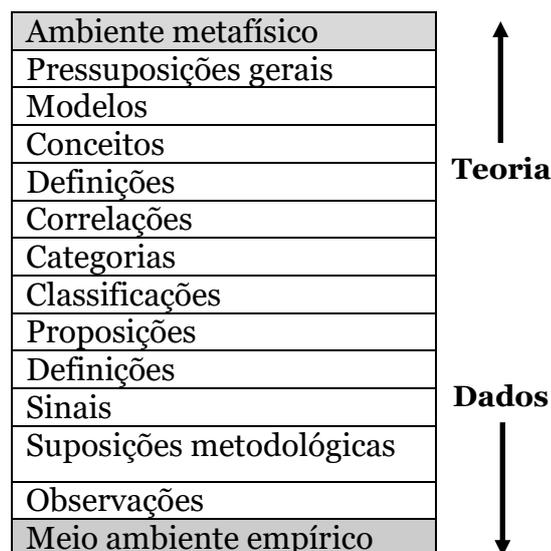
Os sete sentidos de Abend e a lista mais difusa de Wiebe refletem, ambas, o estado da teoria no estudo da(s) religião/religiões. Essa *coisa* única chamada de teoria não existe; o que há são perspectivas concorrentes que nos forçam a sermos claros sobre como pensamos a teoria em uma dada pesquisa ou contexto de ensino.

3 A relatividade da teoria

“Teoria” e “dados” são termos relativos – relacionais, mutuamente entrelaçados, mutuamente constituintes. A lista de usos de “teoria” de Wiebe no estudo da(s) religião/religiões sugere que o termo pode se referir a qualquer coisa que esteja entre dois extremos em um espectro entre “os fatos” e a metafísica. Os dados muitas vezes se opõem à teoria em termos rígidos. Mas os dados são carregados de teoria, como as críticas das visões positivistas da ciência deixaram claro (ZAMMITO, 2004). No outro extremo, na metateoria – teorização sobre teorias –, as próprias teorias tornam-se dados; e abordagens

metateóricas podem servir como dados para análises cada vez mais abstratas e gerais. Em síntese, o termo “dados” não identifica um tipo específico de coisa que é radicalmente diferente da teoria. Os dados são mais empíricos, mas de algum modo permanece ainda carregados de teoria, e a teoria é mais abstrata, mas ainda pode servir como dados. A distinção entre dados e teoria é relativa. Os dois podem e devem ser caracterizados distintamente, mas essa distinção é estratégica e relacional, não absoluta. Não devemos pensar neles como tipos distintos de coisas, mas como vetores contrastantes: eles apontam em direções opostas, empíricas e abstratas, com uma força que depende do caso em questão. Os rótulos “teoria” e “dados” mantêm sua posição relativa (um mais abstrato e outro mais empírico) ao longo de uma escala de graus variados de generalização e sistematização. Por exemplo, conceitos são partes da teoria que categorizam ou relacionam materiais empíricos, enquanto a teoria também pode ser *sobre* conceitos, tomando-os como dados. O gráfico de Jeffrey C. Alexander do “espectro científico e seus componentes” apresenta um ranking de posições, variando ao longo de um espectro de empírico para metafísico (Figura 1). *De qualquer ponto ao longo do espectro*, elementos mais próximos da extremidade empírica servem como “dados” e elementos mais próximos do abstrato como “teoria” (ALEXANDER, 1982, p. 3; ver GLAZIER; GROVER, 2002, p. 318; ENGLER, 2011, p. 262-266).

Figura 1 – O espectro teoria-dados



Fonte: Alexander (1982, p. 3), modificada pelo autor à luz de Glazir; Grover (2002, p. 318).

Tudo é relativo nessa concepção: nada é pura teoria e nada é puro dado. Tudo se direciona ao fim da teoria (o topo) da Tabela 1 – por exemplo, definições, conceitos e pressupostos gerais – também pode servir os dados. Todos os elementos do espectro, por exemplo, são dados para a discussão da teoria que você está lendo no momento. Da mesma forma, tudo em direção à extremidade dos dados (a parte inferior) da Tabela 1 é carregada de teoria: por exemplo, não há observações “puras” livres de teoria: cada uma é separada de seu plano de fundo e contexto, selecionado a partir de certa perspectiva para um determinado propósito e redescrito usando um determinado vocabulário.

4 Teorização e construção de teoria

Se a distinção entre teoria e dados é relativa – conforme ilustrado pelo espectro de dados da teoria (Figura 1) –, então trabalhar com a teoria não é simplesmente uma questão de *se aplicar* um quadro conceitual altamente abstrato a um grupo de dados. Em vez disso, a “teoria” está de alguma forma relacionada a todo o trabalho conceitual desde a redescrição inicial dos dados, passando pela seleção ou geração de conceitos e categorias, até o trabalho com estruturas explicativas ou interpretativas mais abstratas. O processo de pesquisa é uma atividade dinâmica de alavancar o posicionamento, subindo pelo espectro teoria-dados. Nenhum nível particular do ponto inicial ou final é necessário para que o movimento se qualifique como um ato de teorização. Diferentes disciplinas e subdisciplinas têm costumes – e acadêmicos possuem hábitos – em relação à definição de “teoria”. A teoria ocorre em vários níveis no estudo de religião/religiões, com definições funcionando tipicamente como pontos de entrada.

Isso leva a uma distinção entre a teoria como uma estrutura ou esquema independente – um tipo de forma que pode ser aplicada ao conteúdo dos dados – e a *teorização* como um processo. A teorização não se limita a um quadro ou esquema a ser aplicado no final do jogo, depois que os dados foram organizados: “a teorização é de natureza prática, baseia-se em certo número de ferramentas teóricas básicas (tais como, abdução, abstração e analogia), e a área coberta pela teorização é consideravelmente maior do que a da teoria convencional” (SWEDBORG, 2014, p. 189).

Essa visão mais ampla da teoria como processo problematiza apelos frequentes, nas ciências humanas e sociais, a uma visão estreita e normativa do método científico. Ela volta nossa atenção para o contexto da pesquisa, colocando em primeiro plano questões pragmáticas sobre por que um determinado projeto de pesquisa se realiza e quais impactos ele pode ter: “Teóricos frequentemente escrevem teorias triviais porque seu processo de construção de teorias é cercado por restrições metodológicas que favorecem a validação em vez de utilidade” (WEICK, 1989, p. 516).

Preocupações pragmáticas – os desafios de mudar de materiais empíricos para a teoria de alto nível –, juntamente com as críticas pós-positivistas da ciência e do conhecimento, levam a que as “teorias de médio alcance” sejam vistas como paradigmáticas, ou seja, “teorias que se encontram entre as hipóteses de trabalho menores, porém necessárias, que evoluem em abundância durante a pesquisa do dia-a-dia e os esforços sistemáticos inclusivos para desenvolver uma teoria unificada que explique todas as uniformidades observadas” daqueles fenômenos considerados centrais para uma determinada disciplina (MERTON, 1967 [1949], p. 39). O escopo dos itens da Figura 1 representa essa faixa intermediária: o espectro de níveis teóricos mais comumente encontrado em nossas experiências com teoria.

A natureza relacional de “teoria” e “dados” enfraquece as suposições de que “dados” são características brutas da “realidade”. Conceitos e categorias, até mesmo as próprias teorias, podem ser compreendidas como dados *no mesmo sentido* (isto é, se coloca na mesma relação relativa ao nível mais geral de teoria). Reconhecer isso é especialmente útil para trabalhar com as ontologias construcionistas e os métodos interpretativos que são proeminentes nas humanidades e, em menor medida, nas ciências sociais (dando sentido aos diferentes níveis lógicos das “matérias-primas” da construção). Esse reconhecimento também destaca uma importante distinção entre *nível* de teoria e *tipo* de teoria. O primeiro refere-se a questões de onde uma instância particular de teorização está situada ao longo do espectro de dados/teoria, como será descrito na próxima parte, e o segundo se enquadra no título de metateoria, a teoria das teorias *on*.

5 Métodos: codificação e redescritção

Um problema comum com a teorização é a incapacidade de distinguir entre níveis de trabalho teórico: por exemplo, selecionando um conceito único de uma teoria “clássica”, cortando assim sua relação com outros conceitos nessa teoria. “Habitus”, por exemplo, aparece frequentemente em artigos que afirmam usar o “conceito de Bourdieu” ou “teoria de Bourdieu”, embora eles não façam referência aos conceitos de “campo” e “capital”. Extrair um único conceito de seu contexto teórico é um sinal de apropriação superficial: esse já não seria mais o conceito de Bourdieu. Teorizar com “habitus” requer ou uma apropriação mais completa da obra de Bourdieu mais próxima do topo da Figura 1 ou a elaboração de outro referencial teórico a um nível comparativamente geral, ligando “habitus” a outros conceitos de modo diferente. Em geral, onde “habitus” é apropriado superficialmente, as referências a “Bourdieu” funcionam como um apelo retórico à autoridade. Redescrever materiais empíricos com um único conceito fora de contexto é muito diferente do que trabalhar com uma teoria complexa, e referências acenando a teóricos clássicos não preenche a lacuna entre elas.

O ponto básico – de que os dados são carregados de teoria – se repete em vários estágios do processo de pesquisa. A relação teoria-dados já aparece no projeto inicial de pesquisa e seleção de dados. Para um estudioso da religião escolher certos fenômenos como relevantes para o trabalho na disciplina, se pressupõe que ele tenha pelo menos uma distinção implícita em mente entre os fenômenos religiosos e não religiosos. A escolha de certos fatos ou observações como relevantes para o estudo de religião/religiões já contém um ato de classificação que é altamente teórico. Em outras palavras, a relação teoria-dados já está presente na coleta de dados. Isso ilustra a inter-relação entre dados, teoria e métodos. Teoricamente, os conceitos e categoria informados já estão presentes nas escolhas em relação a que lugares ou situações observar, quais textos ler, que pessoas entrevistar ou pesquisar e quais perguntas escolher para as entrevistas, etc.

O próximo ponto em que esta questão aparece tem especial importância metodológica. O acadêmico deve escolher um vocabulário para descrever os materiais empíricos que foram escolhidos e coletados. A codificação é o exemplo mais claro disso.

Com frequência, a codificação é feita informalmente. Os estudiosos da religião frequentemente iniciam a leitura de seus textos (amplamente definidos) como se fossem simplesmente óbvios quais fatores são dignos de nota e como eles devem ser descritos. Eles procedem como se sua posição e o nível de expertise disciplinar fossem, em si, justificativa suficiente para suas escolhas em relação a que parte de seus textos vale a pena analisar e como. Nesta abordagem ingênua – e muito comum –, o acadêmico lê um texto, transcrição, imagem, vídeo, artefato ou espaço para selecionar intuitivamente pontos, questões ou temas que são considerados “relevantes” ou “importantes” em algum sentido vago. Esse senso do que é importante vem da formação acadêmica: modelos familiares de leitura são implicitamente apropriados e aplicados. Isso se verifica em um nível geral: por exemplo, estudiosos da religião são treinados para usar a categoria de “ritual” para fazer a distinção entre ações “religiosas” e outras ações. Isso também acontece em um nível mais específico: por exemplo, onde as interações entre indivíduos são categorizadas a partir de conceitos como “autoridade” e “poder”.

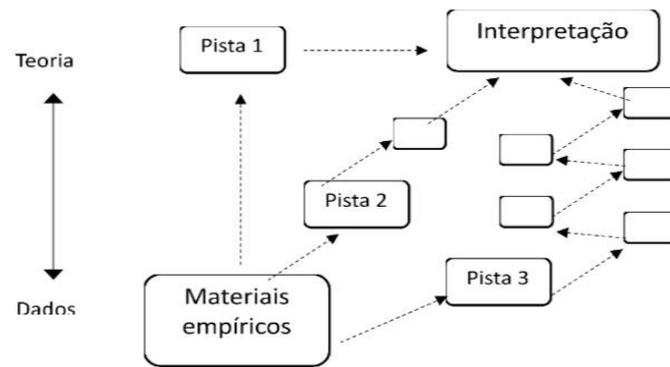
Dois pontos se apresentam aqui como críticos. Em primeiro lugar, esses conceitos trazem consigo pressupostos teóricos: por exemplo, o fato de concentrar-se em questões de poder predispõe o pesquisador a adotar certas perspectivas teóricas (por exemplo, pós-estruturalismo) em detrimento de outras (por exemplo, teoria da escolha racional). Isso não significa afirmar que essas escolhas teóricas sejam erradas. Em vez disso, essas escolhas realçam o segundo ponto, isto é, o fato de que os processos de codificação mais formalizados são essenciais para um trabalho conceitual e teórico mais efetivo. Em outras palavras, esses processos informam um trabalho mais responsivo, menos mecânico e menos derivativo, independentemente das preferências metateóricas.

Numa abordagem de codificação informal, o processo de escolha de um subconjunto dos materiais empíricos (por exemplo, certas passagens em um texto ou transcrição da entrevista) procede “de modo intuitivo”. Essa abordagem arrisca, obviamente, a replicação inconsciente de quadros conceituais dominantes. No mínimo, se a codificação for realizada mecanicamente, com pouca reflexão, somente com base no treinamento disciplinar, então novas pesquisas tenderão a replicar pesquisas antigas: a novidade dependerá de novos grupos de estudiosos que continuem a codificar superficialmente com base em formação divergente, replicando, por exemplo, quadros teóricos mais novos e modernos.

No outro extremo, uma abordagem mais formalizada desenvolveria procedimentos de codificação padronizados. Seria necessário também avaliar sua confiabilidade e corrigir erros de codificação, assim como fazer a triagem de dados para consistência, e estabelecer procedimentos de limpeza ou regularização dos dados. Isso pode ser excessivamente rígido e também impor quadros conceituais preconcebidos. Abordagens como a *Grounded Theory* – que gera conceitos e categorias através de técnicas de codificação sensitiva e reflexiva e abdução – oferecem um meio termo útil (ENGLER, 2011).

Há uma escala móvel, não uma distinção nítida, entre os processos informais e formais de codificação. Isso pode ser ilustrado pelo processo de redescrição. A Figura 2 ilustra três abordagens possíveis na redescrição: dois extremos e um ponto médio em um espectro. Essas três abordagens iniciam com o mesmo conjunto de materiais empíricos. A trajetória número 1 usa imediatamente conceitos altamente abstratos para redescrever esses materiais e, ao fazê-lo, ela vai muito além do espectro da teoria dos dados. Ela redescrive os dados usando conceitos que importam imediatamente uma determinada perspectiva teórica, excluindo outros. A trajetória 2 usa conceitos menos abstratos na redescrição inicial, mas ainda é necessário ter cuidado para evitar importar ou pressupor uma linha conceitual limitada. A trajetória 3 está mais próxima da *Grounded Theory* que porta etapas menores de redescrição, abstraído pouco a pouco, em um diálogo mais próximo com os dados.

Figura 2. Redescrição



Para exemplificar, se as entrevistas revelarem que uma igreja protestante está planejando fazer uma parceria com uma instituição de caridade não religiosa, seria um erro começar rotulando ou codificando isso como “secularização”. Isso presumiria o que precisa ser demonstrado: que é uma questão de declínio da religiosidade em algum sentido. Do mesmo jeito, rotulá-lo como um caso do “extravasamento do sagrado” seria pressupor demais: seria uma imposição de uma interpretação no ato inicial de redescrição (HAMMOND, 2000). Codificação e redescrição devem chegar, por uma série de passos cautelosos, aos conceitos e categorias mais abstratos, não aplicá-los desde o início. Conceitos altamente abstratos que já estão enraizados em certas perspectivas teóricas devem ser evitados em estágios iniciais de codificação ou redescrição: atividades regulares não devem ser rotuladas como “habitus”; a formação moral não deve ser rotulada de “*governamentalidade*”; apelos a textos científicos em textos religiosos não devem ser rotulados de “desencantamento”. Para dar um exemplo mais concreto, classificar as peças de Nelson Rodrigues como “gnósticas” seria saltar de um reconhecimento de que os temas do bem e do mal são proeminentes a uma abstração de alto nível que traz consigo toda uma série de temas ontológicos, éticos e soteriológicos que vão muito além do que é encontrado nas peças.

A Figura 2 ilustra três caminhos de codificação. A pista 1 descreve um caso em que um conceito altamente abstrato, de uma teoria específica, foi imposto logo no início da codificação. Isso impõe uma interpretação baseada apenas nessa teoria: a conclusão vem pré-embalada nas hipóteses teóricas que vêm embutidas desde o início. A pista 2 move-se mais cautelosamente, mas

ainda importa pressupostos ao codificar com conceitos abstratos demais muito cedo no processo. A pista 3 se move mais cautelosamente, avançando em pequenos passos, usando códigos (temas, conceitos, tipos, categorias, etc.) que aumentam o nível de abstração apenas ligeiramente em cada rodada de codificação. Isso permite que uma interpretação surja em maior medida dos dados; evita, em grande medida, impor uma interpretação. Essa extensão excessiva de codificação e de redescrição se encontra frequentemente no trabalho dos alunos de pós-graduação. Os leitores deste artigo podem, sem dúvida, pensar em exemplos do seguinte processo:

1. Primeiramente, procure uma teoria de alto nível a ser “aplicada” ao caso escolhido;
2. Escolha uma teoria com base em uma caracterização inicial do caso, enfatizando um pequeno número de características que apresentam saliência *prima facie*;
3. Redescreva o caso usando a terminologia técnica dessa teoria;
4. Rotule a interpretação teoricamente *ad hoc* resultante como uma “conclusão”.

Esse tipo de processo força o caso na forma exigida pela teoria, em vez de deixar que as características salientes do caso emergjam em etapas mais graduais de abstração, através de codificação e redescrição. Esse pode ser um exercício útil, embora limitado, de trabalho conceitual, mas não deve ser confundido com pesquisa séria. Múltiplas teorias poderiam ser usadas para interpretar qualquer caso que viéssemos a escolher, produzindo interpretações amplamente divergentes: por exemplo, alguns subconjuntos de teorias marxista, freudiana, durkheimiana, weberiana, Bourdieuniana, foucaultiana, escolha racional, contrucionismo social bergeriana, sistema teórico luhmanniano, pós-estruturalistas, decoloniais, cognitivas, evolutivas, etc. A escolha entre opções teóricas no início de um estudo, com base em um conhecimento inicial e, portanto, ainda superficial, dos detalhes do caso, impõe uma leitura em detrimento de outras. Uma abordagem mais responsável é trabalhar o caso com

mais detalhes, avançando com cautela a níveis mais elevados de abstração. Se o trabalho converge para uma dada teoria pré-existente, esse ajuste será mais rico e mais defensável. Em suma, assim como a teoria de médio alcance é mais útil e comum no estudo de religião/religiões, a redescrição e a codificação devem trabalhar usando etapas menores de abstração, evitando conceitos altamente abstratos, exceto em estágios finais de análise.

Conclusão

Não podemos pensar ou falar sobre uma destas três dimensões da pesquisa – dados, métodos e teorias – sem levar em conta os outros dois. Podemos separá-los analiticamente, mas não são coisas independentes. São mutuamente constituintes, sobrepostas, uma espécie de trindade metateórica. Podemos e devemos distingui-las para fins contingentes em contextos específicos de pesquisa, mas sem perder de vista sua natureza fundamentalmente relacional.

REFERÊNCIAS

ABEND, Gabriel. The Meaning of ‘Theory’. **Sociological Theory**, v. 26, n. 2, p. 173-199, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-9558.2008.00324.x.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Positivism, Presuppositions, and Current Controversies**. Berkeley, CA: University of California Press, 1982. v. 1: Theoretical Logic in Sociology.

ALLES, Gregory D. (org.). **Religious Studies: A Global View**. London; New York: Routledge, 2008.

ENGLER, Steven. Grounded Theory. In: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (ed.). **The Routledge Handbook of Research Methods in the Study of Religion**. London; New York: Routledge, 2011. p. 256-274.

ENGLER, Steven; GARDINER, Mark Q. Semantics and the Sacred. **Religion**, v. 47, n. 4, p. 616-640, 2017. DOI: 10.1080/0048721X.2017.1362784.

ENGLER, Steven; GARDINER, Mark Q. Ten Implications of Semantic Holism for Theories of Religion. **Method and Theory in the Study of Religion**, v. 22, n. 4, p. 283-292, 2010. DOI: 10.1163/157006810X531067.

ENGLER, Steven; GARDINER, Mark. Theory-building and Conceptual Analysis. *In*: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (org.). **The Routledge Handbook of Research Methods in the Study of Religion**. 2. ed. London; New York: Routledge. No prelo.

ENGLER, Steven; STAUSBERG, Michael. Crisis and Creativity: Opportunities and Threats in the Global Study of religion/s. **Religion**, v. 41, n. 2, p. 127-143, 2011. DOI: 10.1080/0048721X.2011.591209.

FITZGERALD, Timothy. **The Ideology of Religious Studies**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2000.

FUJIWARA, Satoko; THURFJEL, David; ENGLER, Steven (org.). Forthcoming. **Phenomenologies of Religion: Cross-Culturally Revisited**. Sheffield and Bristol, CT: Equinox. No prelo.

GARDINER, Mark Q.; ENGLER, Steven. Charting the Map Metaphor in Theories of Religion. **Religion**, v. 40, n. 1, p. 1-13, 2010. DOI:10.1016/j.religion.2009.08.010.

GARDINER, Mark Q.; ENGLER, Steven. Comparing Comparison: Smith and Davidson. *In*: KRAWCOWICZ, Barbara; BRETFFELD-WOLF, Ann-Kathrin (org.). **Imagining Smith**. Londres: Equinox. No prelo.

GARDINER, Mark Q.; ENGLER, Steven. Davidsonian Semantic Theory and Cognitive Science of Religion. **Filosofia Unisinos**, v. 19, n. 3, p. 311-321, 2018. DOI: 10.4013/fsu.2018.193.13.

GLAZIER, Jack D.; GROVER, Robert. A Multidisciplinary Framework for Theory Building. **Library Trends**, v. 50, n. 3, p. 317-329, 2002.

HAMMOND, Phillip E. **The Dynamics of Religious Organizations: The Extravasation of the Sacred and Other Essays**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HANEGRAAFF, Wouter J. Empirical Method in the Study of Esotericism. **Method & Theory in the Study of Religion**, v. 7, n. 2, p. 99-129, 1995. DOI: 10.1163/157006895X00342.

LAWSON, E. Thomas; McCAULEY, Robert N. **Rethinking Religion: Connecting Cognition and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

McCUTCHEON, Russell T. **Manufacturing Religion: The Discourse of Sui Generis Religion and the Politics of Nostalgia**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1997.

MERTON, Robert K. **Social Theory and Social Structure**. 3. ed. New York: The Free Press, 1967 [1949].

NONGBRI, Brent. **Before Religion: A History of a Modern Concept**. New Haven, CT: Yale University Press, 2013.

SEGAL, Robert A. Introduction. *In*: SEGAL, Robert A. (org.). **The Blackwell Companion to the Study of Religion**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. xiii-xix.

- SMITH, Jonathan Z. **Imagining Religion: From Babylon to Jonestown**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- SMITH, Jonathan Z. Map is Not Territory. *In*: SMITH, Jonathan Z. **Map Is Not Territory: Studies in the History of Religions**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 289-309.
- SMITH, Jonathan Z. Religion and Religious Studies: No Difference at All. **Soundings**, v. 71, p. 231-244, 1988.
- SMITH, Jonathan Z. Religion, Religions, Religious. *In*: TAYLOR, Mark C. (org.). **Critical Terms for Religious Studies**. Chicago: University of Chicago Press, 1998. p. 269-284.
- SMITH, Jonathan Z. Religious Studies: Whither (Wither) and Why? **Method and Theory in the Study of Religion**, v. 7, p. 407-413, 1995.
- STAUSBERG, Michael. Distinctions, Differentiations, Ontology, and Non-Humans in Theories of Religion. **Method and Theory in the Study of Religion**, v. 22, n. 4, p. 354-374, 2010. DOI: 10.1163/157006810X531139.
- STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven. Introduction. *In*: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (org.). **The Routledge Handbook of Research Methods in the Study of Religion**. London; New York: Routledge, 2011. p. 3-20.
- STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven. Theories of Religion. *In*: STAUSBERG, Michael; ENGLER, Steven (org.). **The Oxford Handbook of the Study of Religion**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2016. p. 52-72.
- SWEDBERG, Richard. **The Art of Social Theory**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2014.
- TAYLOR, Charles. Interpretation and the Sciences of Man. **The Review of Metaphysics**, v. 25, n. 1, p. 3-51, 1971.
- WEICK, Karl E. Theory Construction as Disciplined Imagination. **The Academy of Management Review**, v. 14, n. 4, p. 516-531, 1989.
- WIEBE, Donald. The Failure of Nerve in the Academic Study of religion/s. **Studies in Religion/Sciences Religieuses**, v. 13, n. 4, p. 401-422, 1984.
- WIEBE, Donald. Theory in the Study of religion/s. **Religion**, v. 13, n. 4, p. 283-309, 1983.
- ZAMMITO, J. H. **A Nice Derangement of Epistemes: post-positivism in the study of science from Quine to Latour**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.